

INCLUSÃO, TECNOLOGIA E LITERATURA INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DA UEB TANCREDO

NEVES

Ivaldo Araújo Santos Júnior ¹

Sandra Regina de Oliveira Marques Passinho ²

RESUMO

O último Resumo Técnico do Estado do Maranhão – Censo Escolar da Educação Básica, de 2024, revelou um aumento significativo de 49,1% no número de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em relação a 2019, resultando em 1,8 milhão o número de pessoas público-alvo da Educação Especial no nível básico. Somados a esse cenário, encontram-se as conhecidas taxas exacerbantes de analfabetismo no Brasil, que prejudicam o hábito da leitura, e a falta de adaptação do processo de ensino-aprendizagem para melhor atender os alunos com NEE, mais especificamente do ensino da literatura infantojuvenil para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base nisso, considerando os benefícios da literatura na mitigação dos desafios impostos pelo TEA às crianças, como barreiras na comunicação, interação social e no comportamento, constatados por meio da revisão bibliográfica, a presente pesquisa busca aproximar essa problemática ao contexto de uma escola pública municipal de São Luís/MA, a fim de analisar possibilidades de inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de Recursos Tecnológicos Inclusivos aliados ao ensino da literatura infantojuvenil. Para tal, utilizam-se como referencial teórico-metodológico os estudos de Pereira (2007) e Silva et al.(2020), que abordam a importância da literatura infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental e da Tecnologia Assistiva (TA) como mediadora do processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA. Como resultados, pode-se apontar as contribuições da TA como recurso potencializador dos processos relacionados à linguagem, comunicação e interação social das crianças com TEA e as vantagens do uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa.

Palavras-chave: Educação Especial, Literatura Infantojuvenil, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

O último Resumo Técnico do Estado do Maranhão - Censo Escolar da Educação Básica revelou um aumento significativo de 49,1% no número de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em relação a 2019, resultando em 1,8 milhão o número de pessoas público-alvo da Educação Especial no nível básico. Somados a esse cenário, encontram-se as conhecidas taxas exacerbantes de analfabetismo no Brasil, que prejudicam o hábito da leitura, e a falta de adaptação do processo de ensino-

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, u.u.ivaldojr@gmail.com;

²Professor orientador: Mestre, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, sandrapassinho@uema.br.

aprendizagem para melhor atender os alunos com NEE, mais especificamente do ensino da literatura infantojuvenil para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Com base nisso, considerando os benefícios da literatura na mitigação dos desafios impostos pelo TEA às crianças, como barreiras na comunicação, interação social e no comportamento, constatados por meio da revisão bibliográfica, a presente pesquisa busca aproximar de essa problemática ao contexto de uma escola pública municipal de São Luís/MA, a fim de analisar possibilidades de inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de Recursos Tecnológicos Inclusivos aliados ao ensino da literatura infantojuvenil e responder a seguinte pergunta: Como tornar o ensino da literatura infantojuvenil para crianças com TEA mais eficaz e inclusivo por meio de Recursos Tecnológicos Inclusivos?

Tal objetivo será alcançado por meio de: 1) mapeamento das necessidades específicas de aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do ensino fundamental relacionadas ao ensino da literatura infantojuvenil; 2) análise do uso dos recursos tecnológicos inclusivos no desenvolvimento da linguagem, da interação social e das habilidades de leitura e escrita das crianças com TEA em sala de aula; 3) identificação das possibilidades de uso de recursos tecnológicos inclusivos para promover a inclusão de crianças com TEA no ensino da literatura infantojuvenil.

Através da revisão de literatura foi possível reunir os principais conceitos, estudos e legislações, fundamentais para embasar teoricamente a pesquisa de campo, os quais serão expostos a seguir.

METODOLOGIA

Para atender às demandas da presente pesquisa, foi adotada como abordagem metodológica a qualitativa, tratando-se de um estudo de caso, que, de acordo com Santos (2011 apud Oliveira; Santos; Florêncio; 2019, p. 40), “contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade”, cujos objetivos se caracterizam como exploratórios. O estudo contou, ainda, com a pesquisa bibliográfica, imprescindível para construção de uma base teórica sólida de seu próprio desenvolvimento.

A UEB Tancredo Neves foi o locus da pesquisa. A escola compõe a rede pública municipal de ensino atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental no turno matutino, dos quais 17 crianças e adolescentes são público-alvo da Educação especial.

Duas dessas crianças (uma do 1º ano e outra do 3º ano, ambas laudadas somente com TEA) e suas respectivas professoras fariam parte da amostra de 100% para coleta de dados na pesquisa de campo, que subsidiaram o estudo de caso. No entanto, a criança do 1º ano machucou o pé moderadamente em um acidente de moto e ficou impossibilitada de ir durante todo o período destinado à coleta de dados.

Para a coleta de dados na pesquisa em campo foram utilizadas a observação direta e um questionário aplicado via Google Forms. As idas a campo contabilizaram duas semanas inteiras e as observações foram registradas em um caderno de campo.

Após a realização da pesquisa, os dados obtidos foram analisados cuidadosamente levando em conta aspectos qualitativos, em consonância com a abordagem adotada para a pesquisa, tendo em vista o referencial teórico, de modo a estabelecer paralelos entre a teoria e a prática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial, voltada para a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), é regida por um conjunto de normas legais que asseguram o acesso igualitário à educação. A Constituição Federal (Brasil, 1988), através do artigo 208, inciso III, garante a educação como um direito de todos e define o atendimento especializado como uma prioridade na rede regular de ensino. No entanto, por seu caráter abrangente, necessita de leis que atendam os pormenores para efetivação desse direito. Nessa direção, criam-se leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Brasil, 1996), que estabelece que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular, com apoio especializado quando necessário. Nesse mesmo sentido, a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 7.611/2011 detalham as diretrizes para a inclusão, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) amplia os direitos e recursos para a educação inclusiva (Brasil, 2008, 2011, 2015).

Assim como os amparos legais para a Educação Especial ao longo do tempo, o entendimento sobre o autismo também evoluiu desde sua primeira definição por Eugen Bleuler em 1908, quando era confundido com a esquizofrenia. Leo Kanner, em 1943, identificou o autismo como uma condição distinta, e a partir da década de 1960, pesquisas começaram a distinguir o autismo de outras condições mentais, como a esquizofrenia, reconhecendo-o como um transtorno neurodesenvolvimental. Posteriormente, o DSM-III,

de 1980, formalizou o diagnóstico de autismo, promovendo avanços no tratamento e na inclusão social. Hoje, o espectro autista é compreendido em sua diversidade, e seu tratamento tem foco em abordagens múltiplas e personalizadas e suporte contínuo.

Entre os meios de promoção da acessibilidade e inclusão de alunos NEE, como aqueles do espectro autista, no processo de ensino-aprendizagem, estão as Tecnologias Assistivas, oferecendo dispositivos e softwares que ajudam pessoas com deficiência a alcançar maior autonomia. A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) têm demonstrado benefícios significativos, especialmente para crianças com autismo, melhorando sua comunicação e desempenho acadêmico.

No ensino da literatura infantojuvenil, a comunicação alternativa é crucial para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A literatura desenvolve habilidades cognitivas e emocionais, mas alunos com TEA enfrentam desafios na comunicação social e na interpretação de textos. Recursos como imagens, símbolos e dispositivos eletrônicos facilitam a inclusão desses alunos na leitura e interação. Portanto, há uma necessidade de se capacitar educadores para usar essas ferramentas, colaborando com especialistas para atender às necessidades individuais e promover um ambiente escolar inclusivo. A integração da comunicação alternativa no ensino da literatura pode melhorar a autoestima e o sentimento de pertencimento dos alunos, garantindo igualdade de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de coleta de dados, que durou o mês de junho inteiro, foi possível estabelecer o perfil da criança a qual nos referiremos como C1, a fim de manter sua identidade anônima e tornar mais prática a comunicação. C1 é uma menina de 9 anos com TEA de grau de suporte 2, comumente caracterizado por uma demanda razoável de ajuda no dia a dia e déficit na conversação. Gosta de brincar e conversar com as outras garotas da sala, mesmo que pouco. No que tange seu desempenho escolar e, mais especificamente, alfabetização, C1 lê pausadamente e apresenta certa dificuldade em associar as sílabas para formar palavras e, mais ainda, em associá-las, formando frases e ideias maiores.

A aluna apresenta baixo interesse nos conteúdos abordados em sala de aula, dando preferência a atividades de cunho mais prático, como corte e colagem. Verificou-se, também, que os métodos escolhidos para transmissão dos conteúdos em sala de aula pela

professora não levam em consideração as necessidades específicas da criança, que é uma das duas na sala abrangidas pelo espectro, e causam desinteresse por conta dos longos textos e longos períodos de cópias no caderno.

Um dos principais hiperfocos (atividade, gesto, som, objeto, etc. que atrai intensamente uma pessoa com TEA, distraíndo-a) de C1 é a música. Em situações desafiadoras nas aulas, foi possível vê-la cantando algumas melodias, sempre as mesmas, para se desestressar. O hiperfoco pode ser muito bem aproveitado como uma estratégia para potencializar o processo de ensino-aprendizagem de indivíduo com autismo. No entanto, essa oportunidade de integração da criança ao restante da turma não é percebida e a transformação desse espaço em um ambiente favorável não acontece. “A formação e a capacidade docente imperam, neste contexto, como uma das principais alternativas para concretização desses anseios”, como ressaltado por Batista e Cardoso (2020).

Destaca-se, também, que algumas das músicas cantadas por C1 são as mesmas que ela ouve em sua igreja, portanto fazem parte do seu repertório e da cultura em que está inserida, remetendo a um dos objetivos do PPP da escola, que se pauta em enriquecer a aprendizagem do aluno ao aproximar seu contexto social e cultural das vivências em sala (UEB Tancredo Neves, 2022).

Com base nas respostas dadas pela professora ao questionário aplicado via Google Forms, foi possível compará-las à sua prática pedagógica em sala de aula. O questionário pede uma caracterização, em que a docente declarou ter 18 anos de experiência em sala de aula.

Para a primeira pergunta, que diz “Você utiliza recursos visuais (como ilustrações e vídeos) para auxiliar no ensino da literatura infantojuvenil para crianças com autismo?”, houve um percentual de resposta de 100% para “Ocasionalmente”. A quinta pergunta, por sua vez, que indaga “Quais são os principais desafios que você encontra ao ensinar literatura infantojuvenil para crianças com autismo?”, recebeu 100% de resposta “Manter a atenção e o interesse”.

Analisar as duas perguntas juntas é pertinente, uma vez que os recursos utilizados são um fator impactante na captação do interesse e da atenção dos estudantes. Foi possível perceber como a rotina da criança observada na sala de aula, que se assemelha a inúmeras outras, consiste muitas vezes em olhar para os colegas sem saber muito bem o que fazer enquanto o dia passa. Há a falta de um olhar atento e com propostas que façam com que as crianças se engajem, e predominam atividades xerocopiadas, que não agregam significado e eficácia à aprendizagem da turma em geral, tampouco de C1. Métodos

tradicionais costumam ser pouco eficazes para os alunos, que anseiam cada vez mais por estratégias envolventes e inovadoras. Desse modo, constata-se divergência entre a resposta à pergunta 1 da professora e o que foi observado no período de pesquisa de campo e que, ao mesmo tempo, a resposta à pergunta 5 é verossímil.

Para a pergunta 4, “Você participa de treinamentos ou cursos voltados para o ensino inclusivo de crianças com autismo?”, obteve-se o percentual total de resposta “Não, mas gostaria de participar”. É imprescindível a formação docente no contexto da Educação Especial Inclusiva, uma vez que cada Necessidade Educacional Especial é extremamente específica, pois provém, primeiramente, de uma condição clínica. Conforme ressaltado por Batista e Cardoso (2020):

[...] o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável. A formação e a capacidade docente imperam, neste contexto, como uma das principais alternativas para concretização desses anseios.

Por fim, o sexto enunciado pede que a professora descreva uma experiência bem-sucedida que ela teve ao ensinar literatura infantojuvenil a uma criança com autismo, e as estratégias e os recursos especiais utilizados, bem como seu impacto no aprendizado da criança, ao que a professora respondeu: Na Educação Infantil. Utilizava-se Leitura compartilhada, leitura exploratória dos diversos gêneros textuais de forma criativa com a utilização de fantoches e recursos audiovisuais, tivemos um retorno muito bom desse trabalho, pois, observamos que os alunos começaram a ter um maior interesse pelos gêneros trabalhados, passaram a querer manusear livros em qualquer lugar que fossem.

Por meio da resposta da professora, é possível averiguar que a utilização de recursos lúdicos e TA fornece contribuições positivas e potencializadoras para o processo ensino-aprendizagem. É importante destacar que o provimento de recursos lúdicos é comumente mais priorizado em creches e pré-escolas, dando mais possibilidades à prática pedagógica.

Põe-se, portanto, a necessidade de constantes reflexão e atualização do fazer pedagógico, que, em condições comuns, já é imperante e acentua-se em casos de alunos com NEE, seja qual for o tipo. Nesse viés, considerar a adoção de TA como ferramenta no ensino de literatura, que é uma importante porta de acesso à cultura, desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e linguísticas em indivíduos com TEA, mostra-se

extremamente benéfico para o desempenho acadêmico e a autoestima para eles, como constatado por Alper e Raharinirina (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, a fim de analisar possibilidades de inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de Recursos Tecnológicos Inclusivos aliados ao ensino da literatura infantojuvenil, investigou a realidade da UEB Tancredo Neves aproximando-a dos conhecimentos sobre Educação Especial Inclusiva, Tecnologias Assistivas e literatura infantojuvenil. Para isso, sua metodologia foi desenvolvida por uma pesquisa bibliográfica, que destrinchou os marcos legais, conceitos e conhecimentos já destacados, e uma pesquisa de campo a fim de relacionar teoria e prática e entender melhor a problemática proposta.

Com base na análise fundamentada que foi apresentada, o problema de pesquisa é respondido deste modo: por meio de um olhar atento e preparado para detectar as especificidades de uma criança com TEA, é possível apontar o melhor recurso especial e, ainda, se há a necessidade de um. No caso da criança observada, o uso de textos mais curtos e ricos em ilustrações é ideal para viabilizar sua interpretação textual e a prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa faz-se necessária para potencializar sua comunicação verbal e não verbal. As pranchas podem ser físicas e conter símbolos, palavras ou imagens, ou digitais, por meio de aplicativos ou softwares específicos.

REFERÊNCIAS

ALPER, Sandra; RAHARINIRINA, Sahoby. **Assistive technology for individuals with disabilities: A review and synthesis of the literature**. Journal of Special Education Technology, v. 21, nº 2, 2006, p. 47-64.

Associação Americana de Psiquiatria - APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-III**. 3. ed. Washington, DC: APA, 1980.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhonnes de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 18 maio 2024

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 abr. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UEB Tancredo Neves. **Projeto Político-Pedagógico - PPP**. São Luís, 2022.